



PODER JUDICIÁRIO  
Justiça do Trabalho  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

XIX CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

1ª PROVA - CONHECIMENTOS GERAIS - 2ª ETAPA

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL (LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL.

I N S T R U Ç Õ E S

- 1.- Verifique se este caderno de prova contem 50 (cinquenta) questões.
- 2.- Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
- 3.- Use somente caneta esferográfica azul ou preta.
- 4.- Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
- 5.- São proibidas quaisquer consultas.
- 6.- Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.

Duração da Prova : 04 horas

Boa Sorte.

COMISSÃO DO CONCURSO:

Juiz RUBENS TAVARES AIDAR - Presidente  
Juiz HELDER ALMEIDA DE CARVALHO  
Dr. CÁSSIO MESQUITA BARROS JUNIOR - Membro da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA:

Juiz FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Presidente  
Juiz AMADOR PAES DE ALMEIDA  
Dr. ELI ALVES DA SILVA - Membro da OAB

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

- 51- Penhorado bem pelo juízo deprecado a parte apresenta embargos à execução onde impugna o valor da avaliação e alega excesso de execução. Competência para o julgamento dos embargos.
- a) do juízo deprecado.
  - b) do juízo deprecante.
  - c) os embargos em sedes trabalhistas sempre serão julgados pelo juiz deprecante.
  - d) ressalvada a alegação de nulidade da sentença exequenda, a competência é sempre do juiz deprecado.
- 52- Ajuizada a ação, instruído o processo, verifica o juízo, por ocasião do julgamento, que existe irregularidade na representação de uma das partes e bem assim que uma das partes não tem capacidade processual. Qual a consequência:
- a) o juízo deverá determinar o arquivamento do feito.
  - b) o juízo deverá extinguir o processo sem julgamento do mérito.
  - c) o juízo deverá proceder ao julgamento de mérito, remetendo para a fase seguinte o saneamento das irregularidades, vez que no processo do trabalho não existe o despacho saneador.
  - d) o juízo transformará o julgamento em diligência e dará prazo razoável para que as partes sanem as irregularidade.
- 53- Sucumbente, a Prefeitura de São Paulo impetrou recurso voluntário e a Junta determinou a remessa de ofício. Após processado o recurso e haver o autor interposto recurso adesivo, o juízo houve por bem de obstar a subida do recurso voluntário da Prefeitura sob a alegação de intempestivo. Consequências.
- a) - o recurso adesivo não poderá ser processado.
  - b) - o recurso adesivo será processado normalmente posto que o recurso voluntário fora processado; somente o seu não processamento impediria o processamento do recurso adesivo.
  - c) - o recurso adesivo adere a qualquer recurso. Logo ainda que obstado o recurso voluntário, aderirá ao recurso de ofício.
  - d) - o recurso adesivo somente será processado se a Prefeitura agravar de instrumento.
- 54- Sucumbência do Poder Público, sem a remessa "ex officio", tendo o Poder Público interposto recurso voluntário. Consequências:
- a) sem a remessa "ex officio" não haverá a formação da coisa julgada.

- b) todo o processado será nulo.
  - c) somente, após decorridos dois anos, haverá a formação da coisa julgada.
  - d) o tribunal apreciará o recurso voluntário e conhecerá do recurso "ex officio".
- 55- Da petição inicial e da informalidade do processo do trabalho. Consequências:
- a) dispensa fundamento legal e fundamento jurídico.
  - b) exige o fundamento legal e dispensa o jurídico.
  - c) exige fundamento jurídico e dispensa o legal.
  - d) fundamento jurídico e fundamento legal se confundem e a petição inicial trabalhista prescinde de tal indicação, prevalecendo o princípio "Da mihi factum, dabo tibi jus".
- 56- Recurso. Prazo. O último dia do prazo recursal venceu num sábado, levando-se em conta o enunciado nº 16 do TST. Que dia deverá ser protocolizado o recurso?
- a) na 2ª feira.
  - b) na 3ª feira.
  - c) na 6ª feira anterior.
  - d) na 4ª feira.
- 57- Poder Público foi sucumbente em ação trabalhista cujo valor é inferior a dois salários mínimos e não existe matéria constitucional. Remessa "ex officio":
- a) remessa "ex officio" é devida.
  - b) em sendo o valor da causa superior a dois valores referencia, existe recurso.
  - c) a remessa "ex officio" somente seria obrigatória se houvesse matéria constitucional.
  - d) em sendo o valor da causa inferior a dois salários mínimos, não existe qualquer recurso, nem mesmo "ex officio".
- 58- Determinada comarca em que não existe Junta de Conciliação e Julgamento, funcionando o juiz de direito, também não tem na aquela base territorial qualquer sindicato. Indicar alternativa correta.
- a) a parte deverá procurar a assistência judiciária através da OAB local.
  - b) nesse caso a assistência judiciária estará a cargo do Promotor Público da comarca.
  - c) o juiz nomeará, de ofício, um advogado para a defensoria o qual não poderá recusar.
  - d) o juiz de direito oficiará ao Tribunal Regional, posto que investido na jurisdição trabalhista, e este oficiará à Procuradoria Regional para designar Procurador para o

processo.

- 59- Empregado, levado a erro, confessa fato que não era verdadeiro, daí resultando a perda de parte do pedido formulado. Indicar alternativa correta, sabendo-se que a sentença transitou em julgado.
- a) - não poderá usar de nenhuma ação
  - b) - poderá usar da ação revocatória.
  - c) - poderá usar da ação anulatória.
  - d) - poderá usar da ação rescisória.
- 60- Medida cautelar: Antecipação da prova. Valoração da prova e ação principal. Indicar a alternativa correta:
- a) ao homologar a prova o juiz exerce o juízo de valor e a ação principal deverá ser ajuizada em 30 dias, pena de preclusão.
  - b) ao homologar a prova o juiz não exerce nenhum juízo de valor e a ação principal deverá ser ajuizada em 30 dias, pena de preclusão.
  - c) ao homologar a prova o juiz não exerce nenhum juízo de valor e o ajuizamento ou não da ação principal ficará a critério da parte interessada.
  - d) ao homologar a prova o juiz exerce o juízo de valor, podendo a ação principal ser ajuizada a qualquer tempo.

#### DIREITO DO TRABALHO

- 61- Da obrigatoriedade de Carteira de Trabalho e Previdência Social. Trabalho efetuado em regime especial de economia familiar, sem empregado, que explore área não excedente do módulo rural.
- a) a CTPS é obrigatória nesse caso.
  - b) a CTPS não é obrigatória em regime familiar que não tenha empregado.
  - c) a CTPS não é obrigatória em regime familiar que não tenha empregado e cuja área não supere a um módulo rural.
  - d) a CTPS não é obrigatória em regime familiar.
- 62- Das férias coletivas. Conversão de 1/3 em pecúnia. Exigências:
- a) deverá ser requerida pelo interessado no prazo de 15 dias antes do término do período.
  - b) deverá ser requerida por grupos de empregados no prazo de 15 dias antes do término do período.
  - c) deverá ser objeto de acordo coletivo, independentemente de requerimento individual.
  - d) nas férias coletivas não haverá a possibilidade da transformação de 1/3 em pecúnia.
- 63- Das férias coletivas e empregados admitidos há menos de doze

(12) meses. Conseqüências:

- a) não terão férias, permanecendo à disposição da empresa.
- b) terão férias proporcionais que serão compensadas oportunamente, podendo o empregador, em caso de rescisão do contrato por justa causa, ressarcir-se.
- c) gozarão das férias proporcionais de forma coletiva e quando da aquisição do período terão direito apenas à diferença.
- d) gozarão das férias proporcionais, iniciando-se novo período aquisitivo.

64- Sindicato. Registro de Entidades sindicais. Competência:

- a) Ministério do Trabalho.
- b) Cartório de Títulos e Documentos.
- c) Cartório de Registro Civil.
- d) Com o advento da nova Constituição não existe a necessidade de nenhum registro, mas apenas a publicação no Diário Oficial da sua constituição.

65- Portuário. Horas Noturnas. Duração:

- a) 52' e 30"
- b) 55'
- c) 47' e 30"
- d) 60'

66- Empregador despede o empregado que havia acumulado os dois últimos períodos de férias sem os respectivos gozos. Indicar alternativa correta sabendo-se que trabalhou durante o aviso prévio.

- a) deverá pagar ambos os períodos em dobro com juros e correção monetária.
- b) deverá pagar o primeiro período em dobro e o outro de forma simples com juros e correção monetária.
- c) deverá pagar o primeiro período em dobro e o outro de forma simples levando em conta a remuneração do último mês trabalhado, sem juros e sem correção monetária.
- d) deverá pagar o primeiro período em dobro e o outro de forma simples levando em conta a remuneração do último mês trabalhado, com juros e correção monetária.

67- O empregado "A" avisou o empregador de que a partir de determinado mês cumpriria aviso prévio. Face à notícia, o empregador contratou o empregado "B" que passou a trabalhar no mesmo setor para aprender os serviços. Quando o empregado "A" avisou que iria sair dali a 30 dias, o empregador dispensou-o do cumprimento do pré-aviso. Conseqüências:

- a) o empregado tem o direito de trabalhar durante 30 dias para a empresa.

- b) a empresa poderá dispensar do aviso prévio mas deverá indenizar o empregado.
- c) o aviso prévio é irrenunciável, sendo devida a indenização.
- d) a empresa poderá dispensar do aviso prévio sem necessidade de indenizar.

68- Férias. Natureza salarial. Cessado o contrato de trabalho sem gozo e pagamento de férias.

- a) terá natureza salarial para fins previdenciários.
- b) terá natureza salarial para fins falimentar.
- c) terá natureza salarial para todos os efeitos legais.
- d) cessado o contrato a sua natureza será indenizatória.

69- Sociedade Cooperativa. Associado que presta serviços à Sociedade Cooperativa através de tomadores de serviços daquela. Relação empregatícia.

- a) a relação empregatícia dá-se com a Sociedade Cooperativa.
- b) a relação empregatícia dá-se com a Tomadora de serviços.
- c) não haverá relação empregatícia.
- d) a relação empregatícia dá-se com a Tomadora de serviços e com a subsidiariedade da Sociedade Cooperativa.

70- Do trabalho em Minas e Subsolo. Transferência por motivo de saúde, comprovada por autoridade competente em matéria de segurança e medicina do trabalho. Empregado que se nega a ser transferido para a superfície. Conseqüências:

- a) transferência em tais casos é irreversível e está contida no poder de comando da empresa.
- b) face à negativa do empregado não há como transferi-lo, posto que a permanência é direito garantido por lei.
- c) a negativa se traduz em justa causa para o despedimento.
- d) no caso de recusa do empregado em atender a transferência, será ouvida a autoridade competente em matéria de segurança e medicina do trabalho, que decidirá a respeito.

#### PROCESSO CIVIL

71- Mandado de Segurança. A competência é norteadada:

- a) Em razão do ato editado.
- b) Em razão da autoridade que editou o ato.
- c) Em razão do Poder que editou o ato.
- d) Em razão das regras constantes do processo civil.

72- Nomeado o perito, o juiz, ~~p~~or despacho, indicará:

- a) dia, hora e lugar que terá início a diligência e o prazo para a entrega do laudo.
- b) prazo para a entrega do laudo.
- c) dia e lugar em que terá início a diligência e o prazo para

a entrega do laudo.

- d) prazo para a entrega do laudo e lugar onde terá início a diligência.

73- Da prova pericial. Perito que sem motivo legítimo deixa de cumprir o encargo no prazo que lhe fora assinado e é destituído pelo juiz. Consequências.

- a) será impedido de fazer perícia pelo prazo de 90 dias, não podendo ser onerado com outra sanção.
- b) será impedido de fazer perícia pelo prazo de um (01) ano, podendo o juiz impor multa que não poderá exceder a dez (10) salários mínimos.
- c) o juiz comunicará o fato à corporação a que pertencer o perito, poderá impor multa que será fixada em função do valor da causa e do possível prejuízo decorrente do atraso no processo.
- d) o juiz comunicará o fato à corporação a que pertencer o perito, poderá impor multa que será fixada em função do valor da causa mas que não poderá ser superior a dez (10) salários mínimos. Poderá, todavia, condená-lo ainda em perdas e danos pelo atraso que causar ao processo.

74- Ajuizada ação rescisória, distribuída ao relator, este indeferiu a petição inicial invocando a decadência. Tendo em conta que houve erro do relator ao invocar a decadência, qual o procedimento processual para sanar a irregularidade:

- a) - em sendo decisão meramente interlocutória mista deverá a parte ajuizar ação anulatória.
- b) - deverá a parte propor nova ação rescisória uma vez que o indeferimento da petição inicial não faz coisa julgada.
- c) - deverá agravar regimentalmente e somente após essa providência, se não tiver sucesso, poderá ajuizar ação rescisória contra o indeferimento.
- d) - não está obrigado a agravar regimentalmente, podendo desde logo ajuizar ação rescisória contra o indeferimento.

75- Determinada sentença fora liquidada através de artigos de liquidação. Julgados os cálculos, a parte efetuou o depósito para pagamento. Em seguida foram apresentados cálculos para a atualização que, após ciência à parte para impugnação, foram homologados. Indicar alternativa correta:

- a) a parte deverá apresentar bens à penhora para depois embargar.
- b) a parte poderá apresentar bens à penhora e se não o fizer o juízo determinará a penhora de bens tantos quantos sejam necessários à garantia do juízo; após garantido o juízo poderá embargar.

- c) a parte poderá recorrer através do recurso de apelação.  
d) a parte poderá agravar de instrumento.
- 76- Mandado de segurança promovido contra autoridade de determinação do órgão estadual. Concedida a segurança e não determinada a remessa de ofício a autoridade recorreu voluntariamente em seu nome. Indicar alternativa correta:
- a) - correto o procedimento.  
b) - incorreto o procedimento.  
c) - em sendo obrigatório o duplo grau de jurisdição não tem cabimento o recurso voluntário.  
d) - correto o procedimento pois o recurso voluntário também dará ao "ad quem" o conhecimento do recurso "ex officio".
- 77- "A" move ação contra "B", que é considerado revel, e perde a ação. Decorridos dois anos e seis meses, "A" promove a liquidação de sentença, mediante a apresentação de memória discriminada, com citação de "B". Indicar a alternativa correta:
- a) - "B" poderá discutir a nulidade do julgamento que decretou a revelia.  
b) - Decorridos mais de dois anos a decisão transitou em julgado e nada mais poderá ser discutido, salvo em ação rescisória.  
c) - a esta altura do processo somente poderá invocar a prescrição da execução.  
d) - nenhuma das alternativas.
- 78- Dívida particular de sócio de sociedade de responsabilidade limitada. Penhora de cotas pertencentes ao sócio, sabendo-se que existe restrição contratual à livre negociação. Consequências:
- a) A restrição contratual traduz-se em "res inter alios" não sendo de molde a impedir a aquisição em hasta pública por terceiro.  
b) Havendo restrição contratual, deve ser facultado à sociedade, na qualidade de terceiro interessado, remir a execução, remir o bem ou conceder-se a ela e aos demais sócios a preferência na aquisição das cotas, a tanto por tanto.  
c) Os sócios ou mesmo a sociedade poderão licitar, mas sem qualquer preferência, excluída a possibilidade de remir.  
d) Os sócios ou mesmo a sociedade poderão remir o bem levado à praça, favor pietatis que lhe faculta a lei,
- 79- Recurso extraordinário para o STF. Juizado de Pequenas Causas. Cabimento.
- a) cabível desde que discutida matéria constitucional.

- b) incabível pouco importando a matéria discutida.
- c) o único recurso cabível no juizado de pequenas causas é o de apelação.
- d) a decisão proferida no juizado de pequenas causas não admite nenhum recurso.

80- Determinado sócio de empresa fora citado na qualidade de litisconsorte passivo do devedor. Visando livrar da constrição judicial seus bens particulares, indicar qual o remédio processual hábil a tanto:

- a) embargos de terceiro.
- b) embargos à execução.
- c) agravo de instrumento.
- d) correição parcial.

#### DIREITO CIVIL

81- Obrigação de dar. Contrato de compra e venda para a aquisição de coisa certa em que o vendedor transfere a mesma coisa certa para terceiro. Consequências da inadimplência.

- a) a parte poderá obrigar o vendedor a lhe entregar a coisa acordada.
- b) a parte poderá acionar o vendedor juntamente com o terceiro para haver a coisa.
- c) a parte não poderá exigir a coisa do vendedor e nem poderá acionar o terceiro para havê-la.
- d) a parte poderá acionar o terceiro para haver a coisa e este, querendo, poderá requerer a citação do vendedor na qualidade de terceiro interessado.

82- As pessoas jurídicas de direito público, excetuados a União, os Estados e os Municípios, têm domicílios:

- a) na sede dos respectivos governos.
- b) na capital do Estado.
- c) na localidade onde foi constituída e registrada.
- d) de conformidade com o que dispuser o respectivo estatuto

83- O chamado domicílio de origem (domicilium originis) significa:

- a) - o lugar onde se deu o nascimento.
- b) - o lugar da residência dos pais.
- c) - a base territorial do Estado no regimes federativos.
- d) - a base territorial do país em que se deu o nascimento.

84- O princípio da irretroatividade - respeito ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada - foi adotado no Brasil quando e com base em qual Teoria?

- a) a partir da Constituição de 1.824 pela adoção da Teoria de Pacchioni.
- b) a partir da Constituição de 1.891 pela adoção da Teoria de

Gabba.

- c) a partir de 1.934 pela adoção da teoria de Ruggiero.
- d) a partir de 1.937 pela adoção da Teoria de Giorgio Del Vecchio.

85- Na questão de conceituação de domicílio, a lei brasileira buscou suporte em dois elementos:

- a) legal e imaterial.
- b) material e objetivo.
- c) psíquico e material.
- d) legal e volitivo.

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

86- Iniciativa para a elaboração de Leis Delegadas:

- a) Da Câmara dos Deputados com pedido de delegação ao Congresso Nacional.
- b) Do Senado Federal com pedido de delegação ao Congresso Nacional.
- c) Do Presidente da República com pedido de delegação ao Congresso nacional.
- d) Do Congresso Nacional com pedido de delegação ao Presidente da República.

87- Ministros do Tribunal de Contas da União: formação técnica.

- a) conhecimentos contábeis.
- b) conhecimentos econômicos e financeiros.
- c) Conhecimentos contábeis, econômicos, financeiros ou de administração pública.
- d) Conhecimentos contábeis, econômicos, financeiros ou de administração pública e notórios conhecimentos jurídicos.

88- A empresa "Y" interpõe recurso ordinário e, em matéria preliminar, invoca a inconstitucionalidade da aplicação de determinada lei. Indicar alternativa correta quanto à legitimidade para a declaração:

- a) em se cuidando de caso concreto, a declaração poderá ser feita pelo próprio relator.
- b) em se cuidando de caso concreto, a declaração será feita pela Turma em sua composição plena.
- c) em se cuidando de caso concreto, a declaração será feita pela Turma, desde que presente o "quorum" para funcionamento.
- d) a declaração será feita pelo Tribunal Pleno ou, quando houver, pelo Órgão Especial.

DIREITO INTERNACIONAL

- 89- Remessa de Carta Rogatória. Regência:
- a) de conformidade com a lei brasileira.
  - b) de conformidade com a lei do país onde será cumprida.
  - c) segundo lei brasileira, salvo convenção, tratado ou acordo em contrário.
  - d) segundo a lei do país onde será cumprida, salvo convenção, tratado ou acordo em contrário.

DIREITO PENAL

- 90- O Prefeito de determinada cidade com o objetivo de superar as aperturas financeiras do município determinou que as contribuições previdenciárias descontadas dos servidores públicos não fossem recolhidas à Previdência Social. Indicar alternativa correta:
- a) cometeu o crime de apropriação indébita.
  - b) não cometeu crime.
  - c) cometeu o crime de peculato.
  - d) cometeu o crime de favorecimento real.

- 91- Crime. Tentativa: perfeita e imperfeita.
- a) em ambas tem-se apenas o início da execução, mas o resultado é integral na perfeita e parcial na imperfeita.
  - b) na tentativa imperfeita, a execução é interrompida por circunstâncias alheias à vontade do agente; na perfeita, embora haja a integral execução, o resultado não ocorre por circunstâncias alheias à vontade do agente.
  - c) na tentativa perfeita, existe o início da execução e na imperfeita sequer teve início a execução.
  - d) a tentativa nunca é perfeita. Se perfeita levaria à consumação do crime. Na imperfeita não tem início a execução.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 92- Autarquias são instituídas no sentido de interesse público e com finalidade determinada. Rege-se:
- a) pelo princípio da coisa pública.
  - b) pelo princípio da tipicidade.
  - c) pelo princípio da organicidade.
  - d) pelo princípio da especialidade.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- 93- Da seguridade social. Conceituação.
- a) conjunto de normas de iniciativa da União Federal, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e assistência social.

- b) conjunto integrado de normas de iniciativa dos Poderes Públicos, destinado a assegurar os direitos relativos à previdência, à assistência social e à saúde.
  - c) conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
  - d) conjunto integrado de ações da União Federal, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- 94- Da contribuição do empregador doméstico e do empregador rural.
- a) ambos contribuem com alíquota de 8%.
  - b) 8% e 12%.
  - c) 12% e 3%.
  - d) 12% e 9%
- 95- Das prestações devidas pela Previdência Social. Independem de período de carência:
- a) auxílio doença e aposentadoria por invalidez.
  - b) auxílio reclusão e aposentadoria por invalidez.
  - c) auxílio acidente e pecúlios.
  - d) salário família e auxílio doença.

#### Direito Comercial

- 96- O crédito trabalhista, reconhecido em sentença da Justiça do Trabalho:
- a) não faz coisa julgada no Juízo Falimentar;
  - b) faz coisa julgada no Juízo Falimentar e é insuscetível de impugnação;
  - c) pode ser recusado pelo Juiz da falência;
  - d) está sujeito a impugnação no processo de habilitação no Juízo Universal.
- 97- O termo legal objetiva:
- a) fixação de prazo para habilitação dos credores quirografários;
  - b) dar ciência aos credores da sentença declaratória da falência;
  - c) fixar um espaço de tempo em que os atos praticados pelo falido sejam considerados ineficazes com relação à massa, se prejudiciais aos credores;
  - d) declarar nulos todos os atos praticados pelo falido no período anterior à quebra.

98- A concordata do empregador envolve:

- a) somente os créditos reais;
- b) exclusivamente os créditos quirografários;
- c) todos os créditos;
- d) somente os créditos trabalhistas e fiscais.

99- O comandante da aeronave atua a bordo:

- a) como representante do Ministério Público;
- b) sem vinculação por qualquer mandato;
- c) como representante das autoridades aeronáuticas;
- d) como preposto da companhia aérea ou do proprietário da aeronave.

100- A exibição por inteiro dos livros da sociedade anônima pode ser ordenada judicialmente a pedido de acionistas que representem cinco por cento:

- a) das ações preferenciais;
- b) do capital social;
- c) do capital votante;
- d) das ações com valor nominal.